



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDINHO

PROVA OBJETIVA – CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE QUESTÕES

CONTROLADOR INTERNO

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no concurso público.

2. O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO:

A educação é o maior investimento.

3. O candidato recebeu este caderno de questões contendo 50 questões.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar UMA letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do concurso público no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CARDENO DE QUESTÕES



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

A juristocracia venceu

Há uma hipocrisia deliciosa nisso tudo. O mesmo tribunal que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos

A juristocracia não é um acidente de percurso. É o destino anunciado de um país que trocou o voto consciente pela toga “iluminada” e o debate pela canetada “milagrosa”. O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere o espetáculo do Supremo ao tédio da democracia. Os juízes sobem a rampa como atores de um teatro: solenes, maquiados de imparcialidade, e o povo aplaude o próprio sepultamento com a mesma emoção com que outrora aplaudia o gol de placa. Ministros supremos substituem os jogadores, e as brigas de torcida são transferidas para a Corte.

O ministro supremo, que sequer é juiz, não julga. Ele “salva”. Salva o oprimido de ocasião, faz “justiça social”, entra onde o Congresso foi inoperante. Enquanto o Legislativo hesita, o ministro decreta. A Constituição vira puro pretexto. E a tripartição dos Poderes, essa velha senhora burguesa, é empurrada para o fundo do palco. Não há mais independência entre os Poderes; apenas “harmonia”, ou seja, o domínio do Poder “supremo”.

Há uma hipocrisia deliciosa nisso tudo. O mesmo tribunal que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos. A justiça brasileira é uma farsa, mas muitos fingem que acreditam nela. O juiz se apresenta como técnico, mas age como político. Fala em direitos fundamentais e entrega engenharia social. Fala em Constituição e produz legislação de gabinete. O povo, cúmplice e sonolento, aceita. A parcela desperta ainda luta, mas impotente, desarmada, aguarda ainda um milagre de fora.

O resultado é previsível. A política se judicializa, sempre com viés. Quem leva gol no jogo reverte o resultado no tapetão. O cidadão perde a voz. Decisões sobre família, vida, liberdade e costumes saem de despachos, não das urnas. É a ditadura suave – a mais perigosa, porque vem disfarçada de democracia, de “progresso” e de moral superior. O que a base governista não conquista no voto, tenta conquistar na jurisprudência. E quase sempre consegue.

Chegou setembro de 2026 e o teatro virou faroeste de vez. Alexandre de Moraes, relator eterno do inquérito que nunca acaba, acumula os papéis de vítima, investigador e juiz com a naturalidade de quem já não distingue o palco da vida. Bloqueia redes, multa quem usa VPN, suspende lei votada pelo Congresso e agora aparece nas mensagens de um banqueiro preso pedindo intercessão junto à PRF e à PGN. Tem milhões de motivos para bancar o consultor do bandido. O mesmo homem que prega o Estado de Direito trata a Constituição como figurino: veste quando convém, rasga quando interessa. Nelson

Rodrigues reconheceria o tipo: o moralista que se descobre pecador e, em vez de se calar, aumenta o volume do sermão.

Flávio Dino entra em cena como segundo ator da turma. Um dia o colega André Mendonça afasta o diretor-geral da Polícia Federal; no dia seguinte o comunista o recoloca no cargo, repreende o outro ministro em público, fala em “causa própria” e manda o caso para o plenário – desde que o plenário seja seu, tingido de vermelho. É a guerra de liminares no lugar do Direito. É banguê-banguê. É pelada de várzea. Um ministro da Primeira Turma atropela julgamento em curso na Segunda. O presidente da Corte, Fachin, cancela sessão e assiste a tudo como a rainha da Inglaterra.

O conservador lúcido vê o óbvio: não é Justiça, é facção. Não é constitucionalismo, é ocupação do Estado por uma casta que se julga acima do voto e da lei. Será que ainda há alguma solução? Dentro das quatro linhas, convenhamos, parece cada vez mais difícil. Mas a esperança é sempre a última a morrer.

A conjuntura é esta: eleição à vista, Supremo rachado, ministros investigando ministros, arapongagem, relatórios da PF virando arma de retaliação, e o país inteiro convertido em réu eventual de um gabinete. Moraes e Dino não são acidentes. São o retrato acabado da juristocracia brasileira: o poder sem voto, a sentença sem debate e a passividade de uma imprensa corrompida. Nelson Rodrigues diria que o Brasil só acredita no escândalo quando o escândalo já virou rotina. Eu completaria: enquanto a toga legislar, prender, censurar e rasgar a Constituição, a democracia será apenas o intervalo entre um despacho e o próximo.

Ou o país recupera o primado da política sobre a Justiça, colocando cada macaco em seu devido galho, ou a juristocracia consumará, em silêncio e com pompa, o que as urnas recusaram. O palco está montado. A plateia, adormecida. O próximo ato já está escrito – e não será o povo quem o escreverá, se ele não reagir o quanto antes. O pano já está caindo. Não há mais máscaras para ocultar tanta monstruosidade. Até aqui, a juristocracia vence de goleada. Ainda é viável reverter o placar?

Fonte: CONSTANTINO, Rodrigo. Revista Oeste, ed.339. *A juristocracia venceu*. <https://revistaouest.com/revista/edicao-339/a-juristocracia-venceu/> (adaptado).

01. De acordo com as ideias expostas no texto I, é correto afirmar que para o articulista

- a) O Brasil vive atualmente num estado de exceção perpetrado pela “juristocracia”, apesar da resistência coletiva dos cidadãos brasileiros.
- b) O país passa por uma instabilidade institucional promovida pelos representantes políticos do legislativo, os quais agem arbitrariamente a favor de si mesmos.
- c) A nação vivencia momentos de desequilíbrio administrativo, conquanto os juízes aspirem à legitimidade constitucional por meio da imparcialidade na aplicação das leis.
- d) As decisões judiciais no Brasil se eximem de interesses políticos ou de terceiros, haja vista a conduta ilibada da classe de juízes escolhida pelo povo.
- e) A sociedade brasileira assiste passivamente às arbitrariedades cometidas pelo poder Judiciário, o qual toma



para si prerrogativas autocratas ao desrespeitar as normas constitucionais.

02. Analise as afirmações abaixo sobre a natureza e a estrutura de criação do texto I antes de julgar o que se pede.

I. O texto prescinde de natureza dissertativa a fim de se apresentar, enquanto gênero, como um Artigo de opinião, no qual o articulista expõe uma visão subjetiva de sociedade.

II. Nota-se que a linguagem empregada pelo autor é, em sua totalidade, denotativa e condizente com a modalidade formal da Língua Portuguesa, relegando coloquialismos.

III. A Ironia se mostra como aspecto recorrente da expressividade crítica em torno da análise feita pelo articulista em relação ao quadro sociopolítico do Brasil.

IV. A “juristocracia” é um neologismo para se referir ao órgão responsável pela criação de um regime que fala em nome da democracia, mas que, na prática, exerce um poder despótico.

Pode-se afirmar que se encontra correto o que foi dito acima somente em

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

03. “Há uma hipocrisia deliciosa nisso tudo. O mesmo tribunal que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos. A justiça brasileira é uma farsa, mas muitos fingem que acreditam nela.”. A partir do fragmento exposto acima, assinale a alternativa cuja reescrita tenha mantido o valor semântico, bem como o respeito à norma-padrão da Língua Portuguesa.

- a) Tem uma hipocrisia interessante nisso. O idêntico tribunal que deveria guardar as decisões constitucionais a altera para subvertê-la prontamente. O Judiciário é ludibrioso, não obstante muitos reiteram que acreditam nele.
- b) Há quem se delicie hipocritamente com isso tudo. O equivalente tribunal que deveria prezar as invocações da Carta magna a evoca para queimá-la subitamente. A justiça nacional é uma piada, logo muitos juram acreditar nela.
- c) Existe uma ironia interessante nesse contexto. O próprio tribunal que deveria prezar pela inviolabilidade da Constituição a invoca a fim de destruí-la paulatinamente. A justiça brasileira é ilusória, mas muitos simulam nela crer.
- d) Isso tudo possui uma hipocrisia deliciosa. O mesmo Judiciário o qual deveria ser o símbolo da Carta Magna a clama para profaná-la abruptamente. A justiça brasileira é uma mentira, entretanto muitos ignoram acreditar nela.
- e) Havia uma irônica relação nisso tudo. O mesmo Supremo que deveria respeitar a jurisprudência constitucional a utiliza a fim de destruí-la arditamente. A justiça brasileira é contraditória, porém muitos fingem nela acreditar.

04. Marque a alternativa cuja análise gramatical e semântica sobre a expressão em destaque esteja corretamente avaliada conforme o seu emprego contextual.

- a) “A juristocracia não é um acidente de percurso.” (1º par.) – é um Substantivo formado por Composição por aglutinação a fim de expor, de modo irônico, um segmento que governa o país arbitrariamente por meio da justiça, representando uma aristocracia na sociedade.
- b) “Não há mais independência entre os Poderes” (2º par.) – o Substantivo foi formado por Derivação parassintética, ao acrescentar junto ao radical de modo simultâneo um prefixo e um sufixo, indicando que contraditoriamente um mecanismo legal deixou de existir.
- c) “Fala em direitos fundamentais e entrega engenharia social.” (3º par.) – o Adjetivo foi formado por Derivação prefixal e tem como sinônimo o vocábulo “elementares”.
- d) “...e agora aparece nas mensagens de um banqueiro preso pedindo intercessão junto à PRF e à PGN.” (5º par.) – palavras que resumem o sentido de uma expressão extensa e que, por essa razão, apresentam-se de forma simplificada em um único vocábulo lexical, sendo formadas como Abreviação ou Redução vocabular.
- e) “São o retrato acabado da juristocracia brasileira: o poder sem voto, a sentença sem debate...” (8º par.) – Substantivo primitivo a partir do qual se forma o verbo “debater”, indicando que a ausência da ação em destaque prejudica o estado democrático de direito.

05. Analise cada afirmação abaixo, segundo as regras vigentes de acentuação gráfica, antes de julgar o que se pede.

- () Em “É o destino anunciado de um país que trocou o voto consciente pela toga ‘iluminada’ e o debate pela canetada ‘milagrosa’.” (1º par.), a expressão em destaque foi acentuada pela regra da terminação das palavras oxítonas.
- () Em “Os juízes sobem a rampa como atores de um teatro: solenes, maquiados de imparcialidade, e o povo aplaude o próprio sepultamento com a mesma emoção com que outrora aplaudia o gol de placa.” (1º par.), as palavras em destaque possuem a mesma justificativa do emprego de acentuação por possuírem idêntica tonicidade silábica, ou seja, por serem paroxítonas.
- () Em “Há uma hipocrisia deliciosa nisso tudo. O mesmo tribunal que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos. A justiça brasileira é uma farsa, mas muitos fingem que acreditam nela.” (3º par.), os vocábulos em destaque foram acentuados pela mesma regra a qual se refere à terminação dos monossílabos átonos.
- () Em “O juiz se apresenta como técnico, mas age como político. Fala em direitos fundamentais e entrega engenharia social. Fala em Constituição e produz legislação de gabinete. O povo, cúmplice e sonolento, aceita.” (3º par.), segundo o Novo Acordo Ortográfico, sempre as palavras que tiverem a mesma tonicidade das que se encontram em destaque serão acentuadas.



() Em “O conservador lúcido vê o óbvio: não é Justiça, é facção. Não é constitucionalismo, é ocupação do Estado por uma casta que se julga acima do voto e da lei. Será que ainda há alguma solução? Dentro das quatro linhas, convenhamos, parece cada vez mais difícil. Mas a esperança é sempre a última a morrer.” (7º par.), encontram-se em destaque palavras acentuadas por diferentes justificativas gramaticais.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que se tem pela ordem a seguinte sequência.

- a) F – V – V – V – V.
- b) V – V – V – F – F.
- c) F – F – F – V – V.
- d) V – F – V – V – F.
- e) F – F – F – F – V.

06. Leia os períodos a seguir antes de responder ao que se pede.

I. “É a ditadura suave – a mais perigosa, porque vem disfarçada de democracia, de “progresso” e de moral superior.” (4º par.)

II. “Dentro das quatro linhas, convenhamos, parece cada vez mais difícil. Mas a esperança é sempre a última a morrer.” (7º par.)

III. “A plateia, adormecida. O próximo ato já está escrito – e não será o povo quem o escreverá, se ele não reagir o quanto antes.” (9º par.)

Assinale a alternativa que apresenta, pela ordem, a indicação da natureza semântica das expressões em destaque em cada período acima.

- a) Finalidade – Oposição – Causa.
- b) Explicação – Concessão – Causa.
- c) Explicação – Concessão – Condição.
- d) Causa – Oposição – Consequência.
- e) Causa – Oposição – Condição.

07. A Coesão Referencial diz respeito ao uso de conectivos que retomam ou recuperam nomes já mencionados, ligando as ideias de maneira com que estes não se repitam e “prejudiquem” a modalidade escrita da linguagem estilisticamente. A partir disso, avalie o uso contextual das expressões em destaque nas frases abaixo antes de julgar o que se pede.

I. “O ministro supremo, que sequer é juiz, não julga. Ele ‘salva’.” (2º par.)

II. “A Constituição vira puro pretexto. E a tripartição dos Poderes, essa velha senhora burguesa, é empurrada para o fundo do palco.” (2º par.)

III. “O mesmo tribunal que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos.” (3º par.)

IV. “O resultado é previsível. A política se judicializa, sempre com viés.” (4º par.)

V. “Nelson Rodrigues reconheceria o tipo: o moralista que se descobre pecador e, em vez de se calar, aumenta o volume do sermão.” (5º par.)

Pode-se dizer corretamente que:

a) Na frase I, o pronome pessoal do caso reto cumpre papel anafórico ao representar a expressão “juiz”.

b) Na frase II, o pronome adjetivo demonstrativo cumpre papel localizador do vocábulo “Constituição”, o que explica sua flexão de gênero no feminino.

c) Na frase III, ambos os pronomes oblíquos átonos representam o mesmo substantivo: “Carta” a fim de exercer papel sintático de objeto indireto.

d) Na frase IV, o pronome oblíquo cumpre papel reflexivo por representar simultaneamente o nome “política” ora como termo agente, ora como paciente da ação verbal.

e) Na frase V, os pronomes apassivadores em destaque foram utilizados em uma construção de voz passiva sintética, a fim de apontar o mesmo substantivo “moralista” como termo paciente da elaboração.

08. Analise as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede.

() Em “A conjuntura é esta: eleição à vista, Supremo rachado, ministros investigando ministros, arapongagem, relatórios da PF virando arma de retaliação, e o país inteiro convertido em réu eventual de um gabinete.” (8º par.), o pronome demonstrativo em primeira pessoa cumpre papel catafórico ao anunciar algo elucidativo sobre o nome “conjuntura”.

() Em “Ou o país recupera o primado da política sobre a Justiça, colocando cada macaco em seu devido galho, ou a juristocracia consumará, em silêncio e com pompa, o que as urnas recusaram.” (9º par.), observa-se que o fragmento prescindiu de uso metafórico enquanto modalidade estilística.

() Em “O conservador lúcido vê o óbvio: não é Justiça, é facção.” (7º par.), a fim de manter o sentido inicial do que se afirmou, poder-se-ia acrescentar a expressão de valor adversativo “mas sim” em relação ao que foi exposto antes, desde que se suprimisse a forma verbal destacada.

() Em “É a guerra de liminares no lugar do Direito. É banguê-banguê. É pelada de várzea. Um ministro da Primeira Turma atropela julgamento em curso na Segunda. O presidente da Corte, Fachin, cancela sessão e assiste a tudo como a rainha da Inglaterra.” (6º par.), nota-se a prevalência de expressões conotativas a fim de marcar um estreitamento do discurso em relação à modalidade coloquial da linguagem.

() Em “Moraes e Dino não são acidentes. São o retrato acabado da juristocracia brasileira: o poder sem voto, a sentença sem debate e a passividade de uma imprensa corrompida. Nelson Rodrigues diria que o Brasil só acredita no escândalo quando o escândalo já virou rotina. Eu completaria: enquanto a toga legislar, prender, censurar e rasgar a Constituição, a democracia será apenas o intervalo entre um despacho e o próximo.” (8º par.), nota-se a evocação do discurso indireto seguido de uma inferência do articulista quanto a uma fala de Nelson Rodrigues, a fim de endossar a crítica feita quanto à “juristocracia”.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que se tem pela ordem a seguinte sequência.



- a) V – F – V – V – V.
- b) F – V – F – F – F.
- c) F – F – V – V – V.
- d) V – V – V – V – V.
- e) V – F – V – F – F.

09. “O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere o espetáculo do Supremo ao tédio da democracia.”. No excerto anterior, nota-se em destaque o uso regencial de “preferir” como verbo bitransitivo. A partir disso, pode-se apontar como reescrita adequada, segundo a norma culta, a elaboração presente em:

- a) “O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere um espetáculo do Supremo à uma valorização da democracia”.
- b) “O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere esse espetáculo do Supremo à esta apatia da democracia”.
- c) “O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere uma demonstração do espetáculo do Supremo à qualquer apatia da democracia”.
- d) “O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere o espetáculo do Supremo à apatia da democracia”.
- e) “O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere o espetáculo do Supremo à demonstrações de apatia da democracia”.

10. Assinale a alternativa cuja reescrita de um fragmento do texto apresente incorreção gramatical quanto ao emprego de um sinal de Pontuação, segundo a norma culta da Língua Portuguesa.

- a) “Os juízes sobem a rampa solenes e maquiados de imparcialidade, como se fossem atores de um teatro.” (1º par.)
- b) “O mesmo tribunal, que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos.” (3º par.)
- c) “O resultado é previsível: a política se judicializa sempre com viés.” (4º par.)
- d) “Será que ainda há alguma solução? Convenhamos que, dentro das quatro linhas, isso parece cada vez mais improvável.” (7º par.)
- e) “Moraes e Dino não são acidentes, mas sim o retrato acabado da juristocracia brasileira.” (8º par.)

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

11. Considere duas proposições lógicas:

p: César é Flamenguista.

q: João é Palmeirense.

Sabendo que o valor lógico da proposição p é verdadeiro e o valor lógico da proposição q é falso, é correto afirmar que:

- a) César é Flamenguista se e somente se João é Palmeirense.
- b) Se César é Flamenguista, então João é Palmeirense.
- c) Ou César é Flamenguista ou João é Palmeirense.
- d) César não é Flamenguista ou João é Palmeirense.
- e) César não é Flamenguista e João não é Palmeirense.

12. Sabe-se que em uma unidade com 80 policiais:

- 35 possuem curso em gerenciamento de crise (G);
- 47 possuem curso de APH Tático (A);
- 10 não possuem nenhum desses dois cursos.

Com base nesses dados, o número de policiais que possuem ambos os cursos, é igual a:

- a) 8
- b) 12
- c) 18
- d) 22
- e) 28

13. Paulo depositou 1250,00 em sua conta poupança no primeiro mês. Desde então, ele depositou 100,00 a mais em relação ao mês anterior. Nessas condições, após efetuar o trigésimo sexto depósito, qual a quantia total depositada por Paulo?

- a) 4750,00
- b) 4850,00
- c) 85.500,00
- d) 108.000,00
- e) 216.000,00

14. O número de anagramas que podemos formar com a palavra PROFESSOR, de modo que as consoantes fiquem sempre juntas, é igual a:

- a) 630
- b) 1080
- c) 2160
- d) 4320
- e) 45360

15. Uma empresa disponibiliza um caminhão - pipa para transportar e abastecer um tanque cilíndrico com água em uma comunidade. Sabe-se que, a empresa responsável pelo abastecimento cobra R\$ 0,04 por litro e que o tanque, que será completamente cheio, possui diâmetro de base e altura, respectivamente, iguais a 2 m e 3m. Qual o valor final cobrado pela empresa para o abastecimento total desse tanque? Considere $\pi=3$.

- a) R\$ 120,00
- b) R\$ 180,00
- c) R\$ 240,00
- d) R\$ 300,00
- e) R\$ 360,00

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

16. Em um computador utilizado para atividades acadêmicas, determinado usuário mantém documentos em uma unidade de armazenamento e executa simultaneamente um editor de texto, um navegador e um



programa de apresentações. Durante o uso, o sistema operacional precisa administrar recursos físicos e lógicos para permitir a execução dessas aplicações. A respeito da relação entre sistema operacional, hardware e software, analise as afirmativas a seguir.

I. A memória RAM é utilizada para manter dados e instruções necessários aos processos em execução e, em condições normais, apresenta natureza volátil.

II. O sistema operacional desempenha funções de gerenciamento de recursos, podendo intermediar a utilização de componentes de hardware pelas aplicações.

III. O espaço livre disponível em uma unidade SSD e a quantidade de memória RAM disponível representam o mesmo recurso computacional, razão pela qual o aumento de um deles necessariamente aumenta o outro.

IV. Dispositivos periféricos podem desempenhar funções de entrada, saída ou, conforme suas características, reunir ambas as funções.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) III e IV.

17. Em uma planilha eletrônica, a célula D2 contém o valor 80. Na célula E2, foi inserida a fórmula $=D2*10\%$, destinada a calcular 10% do valor existente em D2. Em seguida, a fórmula de E2 foi copiada para E3 por meio do mecanismo usual de cópia de fórmulas, sendo que a referência utilizada não recebeu qualquer marcador de referência absoluta. Considerando o comportamento usual das referências relativas em programas como Microsoft Excel, LibreOffice Calc ou similares, assinale a alternativa correta.

- a) A referência D2 permanecerá necessariamente inalterada em E3, pois referências de células não são modificadas durante a cópia de fórmulas.
- b) A fórmula copiada para E3 tende a ajustar a referência de D2 para D3, pois a referência original é relativa.
- c) A expressão será convertida automaticamente em $=80*10\%$, pois a cópia de uma fórmula substitui referências pelo valor armazenado na célula original.
- d) O percentual de 10% será transformado em 20% na célula E3, pois referências relativas alteram também constantes numéricas presentes na fórmula.
- e) A cópia somente preservaria o cálculo se D2 fosse transformada em referência relativa por meio do uso de \$, uma vez que esse símbolo caracteriza referências relativas.

18. Um servidor recebe, em seu endereço eletrônico institucional, uma mensagem aparentemente enviada pelo administrador de uma plataforma educacional. O texto solicita a atualização urgente da senha por meio de um link. O domínio apresentado no link difere discretamente do domínio oficial. Paralelamente, a equipe de tecnologia informa que uma vulnerabilidade recém-descoberta em

determinado software está sendo explorada antes que uma correção oficial esteja amplamente disponível. Com base nos conceitos de segurança da informação, assinale a alternativa que relaciona corretamente as situações descritas.

- a) A mensagem caracteriza necessariamente baiting, enquanto a vulnerabilidade corresponde a spyware, pois ambos dependem de ação prévia do usuário.
- b) A mensagem caracteriza ransomware, enquanto a exploração da vulnerabilidade corresponde a backdoor, independentemente da existência de mecanismo oculto de acesso.
- c) A mensagem apresenta características de phishing, enquanto a exploração de vulnerabilidade desconhecida ou ainda sem correção disponível pode estar associada ao conceito de zero-day exploit.
- d) A mensagem somente pode ser considerada phishing se possuir arquivo executável anexado, enquanto zero-day corresponde exclusivamente a vírus capazes de se replicar.
- e) A divergência no domínio caracteriza keylogger, enquanto a exploração anterior à correção oficial corresponde necessariamente a cavalo de Troia.

19. Durante a elaboração de um material para apresentação, um servidor prepara inicialmente um documento em editor de texto, organiza determinados dados em uma planilha eletrônica e, por fim, cria slides para exposição do conteúdo. Em relação às funcionalidades normalmente encontradas nesses aplicativos, analise as afirmativas. I. Em editores de texto, a utilização de estilos pode favorecer a aplicação consistente de determinadas características de formatação a elementos equivalentes do documento.

II. Em planilhas eletrônicas, alterar um valor utilizado por determinada fórmula pode modificar o resultado calculado, desde que a fórmula continue fazendo referência à célula alterada e o cálculo seja atualizado.

III. Em programas de apresentação, todos os slides de um arquivo precisam necessariamente possuir a mesma disposição de elementos, não sendo possível empregar layouts diferentes na mesma apresentação.

IV. Em editores de texto, recursos de cabeçalho e rodapé podem permitir a repetição de determinados elementos em diferentes páginas de um documento.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

20. Em uma proposta pedagógica, os estudantes utilizam um Ambiente Virtual de Aprendizagem para consultar materiais e enviar atividades. Também participam de um fórum em momentos diferentes e, em determinada etapa, realizam uma videoconferência em horário previamente



definido. O professor utiliza ainda recursos digitais para promover produção coletiva de conteúdos. Com base nessa situação e nos conceitos relacionados às TDIC e aos ambientes virtuais de aprendizagem, assinale a alternativa correta.

- a) O fórum descrito pode constituir atividade assíncrona, enquanto a videoconferência realizada com participação simultânea constitui forma de interação síncrona.
- b) A existência de uma videoconferência torna necessariamente síncronas todas as demais atividades realizadas no mesmo ambiente virtual.
- c) A produção coletiva de conteúdo não constitui uso pedagógico das TDIC, pois essas tecnologias se destinam prioritariamente à transmissão de materiais elaborados pelo professor.
- d) A utilização de um AVA exige que todo conteúdo pedagógico permaneça exclusivamente dentro da plataforma, sendo incompatível com outros recursos digitais.
- e) Atividades assíncronas são aquelas em que os participantes permanecem conectados simultaneamente, mas realizam tarefas diferentes.

CONHECIMENTOS GERAIS

21. A reconstrução de Lajedinho após a inundação de 2013 mobilizou diferentes esferas governamentais. Em fevereiro de 2014, o Governo Federal autorizou a transferência de R\$ 4,2 milhões para obras de reconstrução, além de já ter destinado recursos para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais. Considerando esse contexto, analise as afirmativas:

- I. A resposta ao desastre envolveu medidas emergenciais e ações posteriores de reconstrução.
- II. A atuação registrada após o desastre contou com participação de diferentes níveis de governo.
- III. Os recursos destinados à reconstrução tiveram como única finalidade compensar financeiramente comerciantes que sofreram prejuízos.
- IV. A recuperação de um município atingido por desastre pode envolver tanto assistência imediata quanto reconstrução de infraestrutura e restabelecimento de serviços.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

22. A reorganização de espaços públicos pode produzir efeitos que ultrapassem a simples execução de uma obra física. Em 2024, foi inaugurado em Lajedinho o Mercado Municipal Antônio Macêdo Góes, cuja estrutura anterior havia sido comprometida pelo desastre de 2013. Na ocasião, também foram entregues 40 barracas de feira livre

destinadas à padronização e qualificação do centro comercial. À luz dessas informações, assinale a alternativa que apresenta a interpretação mais adequada acerca da função desse equipamento público.

- a) A reconstrução do mercado relaciona recuperação de infraestrutura urbana e organização de espaço destinado à atividade comercial.
- b) A implantação do mercado demonstra que a economia municipal passou a depender exclusivamente do comércio realizado na sede.
- c) A disponibilização das barracas transfere integralmente ao Município a responsabilidade pela atividade econômica exercida pelos comerciantes.
- d) A reconstrução do equipamento elimina a necessidade de outras políticas voltadas ao desenvolvimento econômico e à infraestrutura municipal.
- e) A finalidade do mercado é essencialmente administrativa, destinando-se prioritariamente à instalação de órgãos públicos municipais.

23. A Lei Complementar Estadual nº 48/2019 instituiu microrregiões de saneamento básico na Bahia. Lajedinho figura entre os municípios integrantes da Microrregião de Saneamento Básico do Piemonte do Paraguaçu, ao lado de municípios como Itaberaba, Ruy Barbosa, Macajuba e Boa Vista do Tupim. A legislação estabelece como funções públicas de interesse comum, nesse âmbito, o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico. Com base nessas informações, considere as assertivas:

I. A inserção de Lajedinho em uma microrregião de saneamento permite tratar determinadas questões do setor sob perspectiva que ultrapassa os limites territoriais do próprio município.

PORQUE

II. A regionalização considera a existência de funções públicas de interesse comum e estabelece estrutura de governança para sua organização no conjunto dos entes integrantes.

Assinale a alternativa correta.

- a) As assertivas I e II são falsas.
- b) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.
- c) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.
- d) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
- e) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.

24. O desastre ocorrido em Lajedinho em 2013 produziu consequências em diferentes setores. Levantamento divulgado em 2014 apontou prejuízos estimados em aproximadamente R\$ 28 milhões, sendo a educação um dos setores mais afetados. Anos depois, além da reconstrução de equipamentos, o município passou a contar com memorial dedicado às vítimas e projeto de macrodrenagem voltado à redução do risco de novas ocorrências. Considerando uma perspectiva de



planejamento público e resiliência territorial, assinale a alternativa incorreta.

- a) A reconstrução física constitui uma das dimensões da recuperação após um desastre, mas não esgota as medidas que podem ser adotadas.
- b) A implantação de infraestrutura de macrodrenagem pode integrar estratégias destinadas à redução de vulnerabilidades diante de eventos hidrológicos.
- c) A preservação da memória das vítimas e a adoção de medidas preventivas podem coexistir dentro do processo de resposta histórica e institucional ao desastre.
- d) A ocorrência de um desastre dessa magnitude demonstra que políticas posteriores devem concentrar-se exclusivamente na reparação dos danos anteriores, dispensando ações preventivas para eventos futuros.
- e) A magnitude dos prejuízos em diferentes setores demonstra que desastres podem gerar impactos simultaneamente sociais, econômicos e sobre a infraestrutura pública.

25. Em 2024, foram inaugurados em Lajedinho o Mercado Municipal Antônio Macêdo Góes e o Clube Municipal Cultural Raimunda Góes de Oliveira. Segundo informações oficiais, o clube foi destinado à realização de atividades culturais, artísticas e esportivas. Os dois equipamentos receberam, conjuntamente, investimentos de aproximadamente R\$ 1,9 milhão. Considere a seguinte situação hipotética: Ao elaborar um diagnóstico municipal, uma equipe técnica classifica o Mercado Municipal apenas como investimento econômico e o Clube Cultural apenas como investimento recreativo, concluindo que nenhum dos dois possui potencial para produzir efeitos em outras dimensões da vida local. **A conclusão da equipe é:**

- a) Adequada, porque equipamentos públicos possuem necessariamente uma única finalidade e seus efeitos não ultrapassam o setor ao qual foram originalmente vinculados.
- b) Inadequada, porque equipamentos dessa natureza podem exercer funções múltiplas, relacionando infraestrutura, convivência social, cultura, esporte, comércio e dinamização de espaços urbanos.
- c) Adequada, porque somente investimentos diretamente destinados à geração de empregos podem produzir repercussões sobre o desenvolvimento municipal.
- d) Inadequada apenas quanto ao mercado, pois equipamentos culturais não apresentam relação possível com convivência social ou desenvolvimento local.
- e) Adequada apenas quanto ao clube, uma vez que mercados públicos possuem finalidade exclusivamente tributária e arrecadatória.

26. O planejamento educacional municipal não se limita à oferta cotidiana de aulas. Ele envolve instrumentos de planejamento de médio e longo prazo, acompanhamento de metas e participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Em Lajedinho, documentos oficiais fazem referência à Lei Municipal nº 219/2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação (PME), e também registram

a realização de audiências públicas relacionadas aos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das unidades escolares.

A partir dessas informações, analise as afirmativas:

- I. O Plano Municipal de Educação constitui instrumento de planejamento das políticas educacionais do município.
- II. A discussão dos Projetos Político-Pedagógicos pode favorecer a participação da comunidade escolar na definição de diretrizes das unidades de ensino.
- III. O PME e o PPP possuem exatamente a mesma abrangência e finalidade, distinguindo-se apenas pela denominação adotada.
- IV. A existência de planejamento municipal não impede que cada unidade escolar desenvolva seu próprio Projeto Político-Pedagógico, observadas as normas educacionais aplicáveis.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

27. A configuração territorial de Lajedinho apresenta população relativamente pequena distribuída em uma área superior a 800 km². Essa característica pode repercutir na organização de políticas públicas, especialmente quando existem comunidades afastadas da sede municipal. Considere a seguinte situação: A Administração Municipal pretende reorganizar a prestação de determinado serviço público e verifica que parte de seus usuários reside em comunidades rurais dispersas. A equipe responsável propõe concentrar integralmente o atendimento na sede, argumentando que o pequeno número de habitantes do município torna irrelevantes as distâncias internas. **À luz das características territoriais de Lajedinho, a conclusão da equipe é:**

- a) Adequada, pois municípios com população inferior a cinco mil habitantes não apresentam dificuldades relacionadas ao deslocamento interno.
- b) Inadequada apenas se o serviço analisado estiver relacionado à atividade agrícola, pois os demais serviços devem necessariamente permanecer concentrados na sede.
- c) Adequada, porque a baixa densidade demográfica demonstra que a população rural reside necessariamente próxima à área urbana.
- d) Inadequada, pois baixa densidade demográfica e extensão territorial podem exigir que o planejamento considere deslocamentos, distribuição espacial da população e condições de acesso aos serviços.
- e) Adequada, porque a extensão territorial não possui relação possível com a organização espacial da prestação de serviços públicos.

28. A segurança pública pode envolver ações desenvolvidas por diferentes instituições e recursos tecnológicos complementares. Em Lajedinho, há registro



de unidade da Polícia Militar responsável pelo policiamento local e também de contratação municipal destinada à manutenção do Sistema de Videomonitoramento IP. Considerando essas informações, assinale a alternativa incorreta.

- a) O videomonitoramento pode funcionar como instrumento auxiliar de prevenção, observação de espaços e apoio às ações de segurança.
- b) A presença de estrutura policial e de sistema de videomonitoramento demonstra a possibilidade de utilização conjunta de recursos humanos e tecnológicos.
- c) A instalação de câmeras transfere automaticamente ao Município todas as competências constitucionais relacionadas à segurança pública.
- d) Recursos tecnológicos podem complementar a atuação dos agentes públicos, sem significar necessariamente a substituição da presença institucional.
- e) A análise da segurança local não deve confundir a utilização municipal de equipamentos de monitoramento com a estrutura institucional da Polícia Militar.

29. Os dados de escolarização constituem um dos elementos utilizados para conhecer a realidade educacional de uma população. Para Lajedinho, o IBGE apresenta percentual de escolarização das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos superior a 99%. A respeito da interpretação desse indicador, considere as assertivas:

I. Um percentual elevado de escolarização nessa faixa etária constitui informação relevante sobre o acesso da população de 6 a 14 anos à escola.

PORQUE

II. O indicador de escolarização, isoladamente, permite concluir que todos os estudantes apresentam o mesmo nível de aprendizagem e que inexistem desafios relacionados à qualidade da educação.

Assinale a alternativa correta.

- a) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.
- b) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
- c) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.
- d) As assertivas I e II são falsas.
- e) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.

30. A análise de um município pode integrar aspectos ambientais, econômicos e territoriais. No caso de Lajedinho, a produção rural mantém importância para comunidades locais, enquanto as condições do semiárido tornam a disponibilidade de água elemento relevante para diferentes usos. Uma equipe encarregada de elaborar proposta de desenvolvimento rural apresentou as seguintes medidas:

I. Incentivo ao uso eficiente da água em sistemas produtivos;

II. Melhoria das condições de circulação pelas estradas vicinais utilizadas pelas comunidades;

III. Apoio à mecanização e à infraestrutura necessária à agricultura familiar;

IV. Planejamento da produção sem considerar períodos de estiagem, uma vez que as condições climáticas não interferem na disponibilidade hídrica.

Considerando as características de Lajedinho, são adequadas as medidas apresentadas em:

- a) I e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Durante auditoria realizada no âmbito de uma Prefeitura, a unidade central de controle interno identificou irregularidade relevante em contratos administrativos, acompanhada de indícios de dano ao erário. O responsável pela unidade sustentou que deveria concluir integralmente a apuração administrativa e quantificar definitivamente o prejuízo antes de comunicar o fato ao Tribunal de Contas, sob o argumento de que o controle externo somente poderia ser acionado depois de esgotadas as providências internas. À luz do modelo constitucional de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A posição está correta, pois a atuação do controle externo é subsidiária à do controle interno, somente podendo ocorrer após o encerramento definitivo da apuração administrativa.
- b) A posição está incorreta, pois, ao tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, o responsável pelo controle interno deve dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, não sendo o encerramento da apuração interna condição constitucional para essa comunicação.
- c) A comunicação imediata somente seria obrigatória se já houvesse prova documental suficiente para caracterizar ato de improbidade administrativa e identificar nominalmente todos os agentes responsáveis.
- d) A unidade de controle interno deve comunicar inicialmente a irregularidade à Câmara Municipal, à qual compete decidir se o fato será submetido ao Tribunal de Contas competente.
- e) A comunicação ao Tribunal de Contas é facultativa quando a irregularidade estiver relacionada a contrato administrativo, pois a fiscalização contratual integra atividade típica de controle administrativo interno.

32. No planejamento de auditoria operacional sobre determinado programa municipal, a equipe definiu critérios para avaliar economicidade, eficiência e alcance dos resultados. Durante a execução, constatou que uma das metas físicas previstas não foi atingida. A equipe,



entretanto, não conseguiu demonstrar de forma suficiente as causas do desempenho inferior nem os efeitos concretos decorrentes da situação encontrada. Considerando a adequada estruturação dos achados e a formulação de conclusões e recomendações de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) A ausência de causa identificada impede necessariamente o registro da situação nos papéis de trabalho, pois somente fatos acompanhados de causa, efeito e responsabilização individual constituem evidência de auditoria.
- b) A existência de diferença entre situação encontrada e critério adotado autoriza, por si só, a imputação de responsabilidade ao gestor, independentemente da análise das circunstâncias e das evidências disponíveis.
- c) A equipe deve substituir a auditoria operacional por auditoria de conformidade, uma vez que a avaliação de metas físicas não constitui objeto próprio da primeira modalidade.
- d) A condição identificada e sua comparação com o critério podem integrar o achado, mas conclusões sobre causas, efeitos e recomendações devem guardar correspondência com evidências suficientes e apropriadas, evitando-se afirmar aquilo que o trabalho não demonstrou adequadamente.
- e) A recomendação deverá necessariamente determinar a forma específica pela qual o gestor corrigirá a situação, pois recomendações de auditoria não podem se limitar ao resultado ou à deficiência que se pretende superar.

33. A Lei nº 14.133/2021 incorporou expressamente mecanismos de governança e controle das contratações públicas. Considere as afirmativas seguintes:

- I. As contratações públicas devem submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e controle preventivo.
- II. A primeira linha de defesa compreende, entre outros, servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade.
- III. As unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade integram a segunda linha de defesa.
- IV. O tribunal de contas integra a terceira linha de defesa, juntamente com o órgão central de controle interno da Administração.
- V. Uma vez estruturadas as três linhas de defesa, o controle social passa a ter natureza subsidiária, incidindo somente quando os mecanismos institucionais forem insuficientes.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV, apenas.
- b) I, III e V, apenas.
- c) II, III, IV e V, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III, IV e V.

34. Ao examinar a despesa com pessoal de determinado Município, o controlador interno encontrou os seguintes procedimentos adotados pela área contábil:

- I. Inclusão das despesas remuneratórias dos servidores ativos abrangidas pelo conceito legal de despesa total com pessoal;
- II. Exclusão, de forma generalizada, dos gastos com inativos e pensionistas, sob o fundamento de que não correspondem à força de trabalho em atividade;
- III. Contabilização, como "Outras Despesas de Pessoal", dos valores de contratos de terceirização de mão de obra referentes à substituição de servidores e empregados públicos;
- IV. Apuração da despesa total com pessoal mediante a soma da realizada no mês de referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, segundo o regime de competência, independentemente de empenho.

Considerando exclusivamente as regras gerais estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000, estão corretos os procedimentos indicados em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

35. Em reunião destinada à preparação da prestação de contas anual de determinado Município, foram apresentadas diferentes afirmações acerca da fiscalização municipal e das competências constitucionais dos órgãos de controle. Considerando a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- a) A fiscalização do Município é exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- b) As contas do Município devem permanecer, anualmente, pelo período constitucionalmente estabelecido, à disposição dos contribuintes para exame e apreciação, podendo estes questionar sua legitimidade nos termos da lei.
- c) O parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar possui caráter absolutamente vinculante, razão pela qual a Câmara Municipal não pode afastá-lo, ainda que mediante votação qualificada.
- d) No modelo constitucional, o controle externo da Câmara Municipal é exercido com o auxílio do órgão de contas constitucionalmente competente.
- e) A Constituição diferencia a apreciação das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo, mediante parecer prévio, do julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, distinção relevante para a compreensão das competências dos Tribunais de Contas.

36. No curso de fiscalização da execução orçamentária, o Controlador Interno de determinado Município examinou processo relativo à aquisição de 120 computadores. O empenho havia sido regularmente emitido pelo valor total contratado. Antes do encerramento do exercício, a unidade administrativa informou o recebimento dos equipamentos e encaminhou o processo para pagamento. Ao conferir a



documentação, o controlador verificou que o termo de recebimento registrava apenas a quantidade global entregue, sem confronto com as especificações contratuais, e que não havia documentação suficiente para demonstrar a efetiva entrega de todos os equipamentos nas condições pactuadas. Considerando os estágios da despesa pública e as atribuições do controle interno, a providência tecnicamente adequada é:

- a) Recomendar a suspensão do pagamento até que a liquidação seja adequadamente instruída, pois essa etapa compreende a verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, incluindo a apuração da origem e do objeto do pagamento, da importância exata e de quem deve recebê-la.
- b) Autorizar o pagamento, uma vez que o empenho regularmente emitido constitui reconhecimento suficiente da obrigação da administração, sendo a comprovação material do fornecimento relevante apenas para o controle patrimonial posterior.
- c) Cancelar integralmente o empenho, pois a insuficiência documental na liquidação implica nulidade automática do crédito orçamentário e impede que a despesa seja regularizada no mesmo exercício.
- d) Efetuar o pagamento e instaurar tomada de contas especial posteriormente, uma vez que o controle concomitante não pode interferir no fluxo financeiro de despesa regularmente empenhada.
- e) Converter a despesa em restos a pagar processados, independentemente da comprovação da entrega, pois a existência do empenho e do contrato é suficiente para considerar concluída a fase de liquidação.

37. Uma empresa contratada pelo Município solicita acesso a uma base cadastral contendo dados pessoais de usuários de determinado serviço público. Alega que os dados poderão ser utilizados para aperfeiçoar um aplicativo próprio e, futuramente, oferecer serviços personalizados aos cidadãos. O setor responsável defende o compartilhamento sob o argumento de que a Administração Pública pode tratar dados pessoais independentemente de consentimento sempre que exista interesse público. À luz da Lei nº 13.709/2018 e da relação entre proteção de dados, transparência e atuação administrativa, analise as afirmativas:

- I. O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público deve estar relacionado ao atendimento de finalidade pública, à persecução do interesse público e à execução de competências ou atribuições legais do serviço público.
- II. A possibilidade de tratamento de dados pelo Poder Público sem consentimento em determinadas hipóteses não representa autorização genérica para transferência de bases públicas a particulares para finalidade comercial própria.
- III. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas

públicas e atribuição legal dos órgãos e entidades públicas, observados os princípios de proteção de dados.

IV. A publicidade administrativa torna inaplicáveis as regras de proteção de dados pessoais sempre que as informações estejam armazenadas em banco de dados mantido por órgão público.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

38. Ao analisar alterações realizadas no orçamento municipal, o Controlador Interno encontrou as seguintes situações:

- 1. reforço de dotação existente que se revelou insuficiente durante a execução;
- 2. criação de dotação para despesa não contemplada especificamente na LOA;
- 3. abertura de crédito para atendimento de despesa urgente e imprevisível decorrente de calamidade pública;
- 4. abertura de crédito especial sem demonstração da existência de recursos disponíveis para suportar a despesa.

À luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa incorreta.

- a) A situação 1 corresponde, em sua natureza, a crédito suplementar, pois este se destina ao reforço de dotação orçamentária.
- b) A situação 2 caracteriza crédito especial, destinado a despesas para as quais não exista dotação orçamentária específica.
- c) A situação 3 é compatível, quanto à finalidade descrita, com crédito extraordinário.
- d) Os créditos suplementares e especiais são autorizados por lei e abertos por decreto executivo, observadas as demais exigências legais.
- e) A situação 4 é regular sempre que o crédito especial tenha sido previamente autorizado pelo Poder Legislativo, pois a autorização legislativa supre a necessidade de indicação de recursos disponíveis para sua abertura.

39. Em auditoria realizada sobre a gestão patrimonial de uma autarquia municipal, constatou-se que determinado agente público descumpriu procedimento regulamentar para movimentação de bens. A falha decorreu de interpretação administrativa posteriormente considerada equivocada. Não foi identificada apropriação de bens, enriquecimento ilícito, intenção de produzir resultado ilícito ou perda patrimonial efetiva. A autoridade competente, entretanto, sustentou que qualquer violação consciente de norma administrativa configuraria improbidade, porque a voluntariedade da conduta seria suficiente para caracterizar dolo. Considerando a Lei nº 8.429/1992, na redação resultante da Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta.



- a) A responsabilização por improbidade independe de elemento subjetivo quando a conduta viola dever funcional expresse, sendo suficiente demonstrar a materialidade da infração administrativa.
- b) A conduta será necessariamente enquadrada como ato que causa prejuízo ao erário, porque a inobservância de formalidade administrativa presume perda patrimonial.
- c) A ausência de improbidade impede qualquer responsabilização administrativa do agente pelo mesmo fato, pois as esferas sancionatórias são necessariamente excludentes.
- d) O dolo exigido pela Lei de Improbidade corresponde à simples voluntariedade da conduta, ainda que o agente não tenha vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado.
- e) A caracterização da improbidade exige conduta dolosa tipificada na lei, sendo insuficiente a mera voluntariedade; além disso, o mero exercício da função ou desempenho de competência pública, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não basta para responsabilização por improbidade.

40. No encerramento do exercício financeiro, o setor contábil de uma Prefeitura apresentou quatro despesas para análise do controle interno:

- I. Despesa regularmente empenhada, cujo objeto foi integralmente entregue e liquidado, mas cujo pagamento ocorrerá no exercício seguinte;
- II. Despesa regularmente empenhada, cujo objeto ainda não havia sido entregue nem liquidado até 31 de dezembro;
- III. Despesa cujo fato gerador ocorreu no exercício, mas para a qual não houve empenho até 31 de dezembro;
- IV. Despesa empenhada e liquidada, paga integralmente antes do encerramento do exercício.

Considerando as regras gerais da Lei nº 4.320/1964 sobre exercício financeiro e restos a pagar, assinale a alternativa que apresenta a classificação correta.

- a) I e II constituem restos a pagar processados, pois ambas foram regularmente empenhadas antes do encerramento do exercício.
- b) I constitui restos a pagar processados; II, restos a pagar não processados; III não se transforma em restos a pagar pela simples ocorrência do fato gerador sem empenho; e IV não integra restos a pagar porque já foi paga.
- c) I constitui despesa de exercício anterior; II, restos a pagar processados; III, restos a pagar não processados; e IV, despesa extraorçamentária.
- d) Somente I pode ser inscrita em restos a pagar, pois a liquidação constitui requisito indispensável para qualquer inscrição dessa natureza.
- e) I e III constituem restos a pagar processados, enquanto II somente poderá ser reconhecida como despesa do exercício seguinte após novo empenho.

41. No início de determinado exercício, o Prefeito encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei concedendo benefício tributário que produzirá renúncia de receita. A

proposta foi submetida previamente ao controle interno, que constatou a existência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de início da vigência e nos dois exercícios subsequentes, bem como compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Secretaria da Fazenda informou, ainda, que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual e que sua concessão não afetará as metas de resultados fiscais previstas. Um auditor sustentou que, apesar dessas circunstâncias, a medida somente poderia ser implementada se fossem instituídas, cumulativamente, medidas de compensação mediante aumento de receita. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 sobre renúncia de receita, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor está correto, pois a compensação mediante aumento permanente de receita é requisito obrigatório para toda concessão, ampliação ou prorrogação de benefício tributário que importe renúncia.
- b) O auditor está incorreto, pois, presentes os demais requisitos legais, a LRF admite como uma das alternativas que a renúncia tenha sido considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e não afete as metas de resultados fiscais, não sendo, nessa hipótese, cumulativamente indispensável a adoção da medida compensatória prevista na outra alternativa legal.
- c) A compensação é dispensável apenas quando o benefício tributário tiver vigência limitada ao mesmo exercício financeiro em que for concedido.
- d) A estimativa do impacto orçamentário-financeiro é dispensável quando a renúncia já tiver sido considerada na LOA, pois os dois mecanismos possuem finalidade equivalente.
- e) A compatibilidade com a LDO é facultativa quando houver demonstração de que a medida não comprometerá o limite de despesa com pessoal.

42. Em auditoria de conformidade, o controle interno identificou ato administrativo praticado há seis anos que concedeu vantagem funcional a determinado servidor. O ato produziu efeitos favoráveis desde sua edição. O processo originário contém interpretação jurídica posteriormente considerada ilegal pela Administração, mas a auditoria não encontrou elementos que indiquem má-fé do beneficiário. A autoridade administrativa, ao receber o relatório, determinou a anulação imediata do ato exclusivamente com fundamento no princípio da legalidade. Tomando como referência as regras da Lei nº 9.784/1999 sobre autotutela administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A determinação está necessariamente correta, pois atos ilegais não se sujeitam a decadência e podem ser anulados pela Administração a qualquer tempo.
- b) O decurso do prazo impede apenas a revogação do ato, permanecendo íntegro e ilimitado o poder administrativo de anulá-lo por ilegalidade.



- c) A Administração somente poderia rever o ato mediante autorização judicial, pois todo ato que produza efeito favorável se torna irrevogável e irretratável depois de sua execução.
- d) Tratando-se de ato do qual decorram efeitos favoráveis ao destinatário, o direito da Administração de anulá-lo, segundo a Lei nº 9.784/1999, decai em cinco anos, salvo comprovada má-fé, observando-se, nos casos de efeitos patrimoniais contínuos, a regra legal específica para a contagem do prazo.
- e) A decadência administrativa ocorre em dois anos e somente alcança vícios de competência, não incidindo sobre ilegalidade relacionada ao conteúdo do ato.

43. A Secretaria Municipal de Administração pretende contratar diretamente empresa para a prestação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual. O gestor fundamentou a contratação na inexigibilidade de licitação, por entender inviável a competição diante da notória especialização da empresa escolhida. Ao analisar preventivamente o processo, o Controlador Interno constatou que a Administração juntou documento de formalização da demanda e termo de referência, mas não apresentou estimativa da despesa, justificativa de preço nem razão formal da escolha da contratada. O gestor argumentou que tais documentos seriam próprios das licitações competitivas e, portanto, incompatíveis com a inexigibilidade. À luz da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) O argumento procede parcialmente, pois somente a estimativa da despesa é exigível na inexigibilidade, enquanto a razão da escolha e a justificativa de preço são exclusivas da dispensa de licitação.
- b) O argumento procede, porque, reconhecida a inviabilidade de competição, a Administração fica dispensada da instrução destinada à demonstração de vantajosidade econômica.
- c) O argumento não procede, pois o processo de contratação direta, abrangendo dispensa e inexigibilidade, deve conter os elementos de instrução previstos no art. 72, entre os quais estimativa da despesa, razão da escolha do contratado e justificativa de preço, além dos demais documentos aplicáveis.
- d) A ausência desses documentos transforma automaticamente a inexigibilidade em dispensa de licitação, desde que o valor contratado esteja abaixo dos limites legais.
- e) A justificativa de preço somente será necessária quando houver pelo menos dois fornecedores capazes de executar o objeto, hipótese em que a competição será considerada juridicamente inviável, embora economicamente possível.

44. Uma política municipal de qualificação profissional estabeleceu como objetivo ampliar a inserção de jovens desempregados no mercado de trabalho. Ao final do exercício, foram apurados os seguintes dados:

- Foram ofertadas 1.000 vagas, exatamente como previsto no planejamento;
- O custo médio por aluno formado ficou 18% abaixo do parâmetro inicialmente estimado;
- 95% dos matriculados concluíram os cursos;

- Após doze meses, não foi constatada alteração estatisticamente relevante na taxa de inserção profissional do público beneficiário.

Com base nos conceitos de avaliação de desempenho e considerando que os indicadores devem ser interpretados de acordo com a dimensão que efetivamente mensuram, analise as afirmativas:

- O cumprimento integral da quantidade de vagas ofertadas constitui elemento relacionado à eficácia, na medida em que revela o grau de alcance de uma meta de produto previamente estabelecida.
- A redução do custo médio por aluno, isoladamente considerada, constitui evidência suficiente para afirmar que a política foi efetiva.
- A inexistência de mudança relevante na inserção profissional é dado pertinente à análise de efetividade, por estar relacionada aos efeitos ou impactos pretendidos pela intervenção pública.
- Uma política pode apresentar indicadores favoráveis de eficiência e eficácia e, ainda assim, não demonstrar efetividade quanto ao impacto social pretendido.

Está correto o que se afirma em:

- I, III e IV, apenas.
- I e II, apenas.
- II e III, apenas.
- II, III e IV, apenas.
- I, II, III e IV.

45. Durante reunião de planejamento anual, o Secretário de Finanças afirmou que o controle interno deveria concentrar suas verificações após o encerramento dos atos de execução orçamentária, evitando manifestação prévia ou concomitante que pudesse interferir na atuação dos gestores. Segundo ele, o modelo legal reservaria ao controle interno a identificação posterior das irregularidades, enquanto o acompanhamento preventivo seria atribuição exclusiva das unidades responsáveis pela própria execução. Considerando a Lei nº 4.320/1964 e os fundamentos do controle interno, assinale a alternativa incorreta.

- O controle da execução orçamentária compreende a legalidade dos atos dos quais resultem arrecadação da receita ou realização da despesa, bem como o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- O controle também alcança a fidelidade funcional dos agentes da Administração responsáveis por bens e valores públicos.
- A avaliação do cumprimento do programa de trabalho, inclusive em termos de realização de obras e prestação de serviços, integra o controle da execução orçamentária previsto na Lei nº 4.320/1964.
- A existência de controle interno exercido pelo Poder Executivo não elimina as atribuições próprias do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
- A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária deve ocorrer exclusivamente após sua



consumação, porque o controle prévio e o concomitante são incompatíveis com a autonomia decisória do gestor.

46. Durante auditoria patrimonial em uma autarquia municipal, o Controlador Interno verificou que determinados equipamentos permaneciam registrados pelo valor original de aquisição, embora estivessem em uso havia vários exercícios. A unidade contábil justificou a ausência de depreciação afirmando que, no setor público, a aquisição de um bem permanente é reconhecida integralmente como despesa orçamentária no momento da execução da despesa e, por essa razão, seria inadequado reconhecer posteriormente a redução de seu valor contábil como variação patrimonial diminutiva. Considerando os fundamentos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o tratamento patrimonial dos ativos, assinale a alternativa correta.

- a) O argumento é correto, porque o reconhecimento da despesa orçamentária na aquisição impede qualquer apropriação patrimonial posterior relacionada ao consumo dos benefícios econômicos ou potencial de serviços do ativo.
- b) A depreciação somente pode ser reconhecida após a baixa física do bem, pois, enquanto ele permanecer em funcionamento, presume-se a manutenção integral de seu potencial de serviços.
- c) O argumento é incorreto, pois as dimensões orçamentária e patrimonial não se confundem; quando aplicável, a depreciação representa a alocação sistemática do valor depreciável do ativo ao longo de sua vida útil e produz efeitos patrimoniais independentemente do momento em que ocorreu a execução orçamentária de sua aquisição.
- d) Todo bem integrante do ativo imobilizado deve ser depreciado desde a data do empenho, ainda que não esteja disponível para uso, pois a emissão do empenho marca o início de sua vida útil contábil.
- e) A depreciação dos bens públicos possui natureza exclusivamente gerencial, não devendo produzir qualquer registro nas demonstrações contábeis da entidade.

47. Ao avaliar o Portal da Transparência de determinado Município, a unidade de controle interno constatou que informações de interesse coletivo eram fornecidas somente mediante requerimento individual apresentado pelo cidadão. O órgão alegou que essa prática atendia integralmente à Lei de Acesso à Informação, pois qualquer interessado poderia formular pedido sem necessidade de justificar os motivos da solicitação. À luz da Lei nº 12.527/2011, analise as assertivas:

- I. Os órgãos e entidades públicas devem promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- II. A transparência passiva relaciona-se ao atendimento das solicitações de acesso formuladas pelos interessados, enquanto a transparência ativa envolve divulgação de informações por iniciativa da própria Administração.

III. Para o exercício do direito de acesso, a Administração pode exigir que o requerente demonstre interesse jurídico direto e apresente os motivos determinantes da solicitação.

IV. A publicidade constitui preceito geral e o sigilo, exceção, sem prejuízo das hipóteses legais de restrição de acesso e de proteção de informações legalmente resguardadas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – V.
- c) F – V – F – V.
- d) V – V – V – F.
- e) F – F – V – V.

48. Determinada Prefeitura implantou programa de integridade e instituiu processo corporativo de gestão de riscos. Em reunião com os secretários municipais, o responsável pelo programa apresentou quatro proposições:

- I. A gestão de riscos deve estar integrada aos processos decisórios e contribuir para o alcance dos objetivos institucionais;
- II. A implementação de controles internos deve considerar, entre outros fatores, os riscos associados aos processos, evitando-se a adoção meramente formal de procedimentos sem relação com os riscos relevantes;
- III. A existência de programa de compliance transfere para a unidade de controle interno a responsabilidade primária pela gestão dos riscos operacionais das secretarias;
- IV. Mecanismos de integridade, transparência, gestão de riscos, monitoramento e prestação de contas podem funcionar de maneira complementar no fortalecimento da governança pública.

Considerando as boas práticas de governança e a adequada distribuição de responsabilidades entre gestão e controle, está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

49. Um Município contratou empresa para executar serviços continuados de manutenção predial. Durante a execução, o fiscal do contrato constatou sucessivos descumprimentos de obrigações contratuais e registrou formalmente as ocorrências. Algumas irregularidades exigiam providências que ultrapassavam sua competência funcional. Para evitar atraso na execução, o fiscal decidiu negociar informalmente com a contratada e não encaminhou os fatos à autoridade superior, por entender que a fiscalização contratual lhe atribuíra competência plena para solucionar qualquer problema surgido durante a execução. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa incorreta.

- a) A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes



da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes.

b) O fiscal deve anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

c) As situações que demandarem decisão ou providência que ultrapasse a competência do fiscal devem ser informadas aos superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

d) A contratação de terceiro para auxiliar a fiscalização não exime o fiscal da responsabilidade nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

e) A designação formal do fiscal transfere-lhe competência decisória integral sobre a execução contratual, dispensando o encaminhamento de ocorrências à autoridade superior, inclusive quando as providências necessárias extrapolem suas atribuições.

50. Ao elaborar o plano anual de atividades, a Controladoria de um Município pretendeu concentrar seus trabalhos exclusivamente na conferência da legalidade formal das despesas e dos procedimentos licitatórios. Um dos auditores argumentou que essa delimitação seria excessivamente restrita diante das finalidades constitucionais atribuídas aos sistemas de controle interno. Considerando o modelo estabelecido pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) O auditor está equivocado, pois a avaliação de resultados da gestão constitui competência privativa do controle externo, cabendo ao controle interno limitar-se à verificação da legalidade dos atos administrativos.

b) O sistema de controle interno deve limitar sua atuação à fiscalização financeira e patrimonial, pois a avaliação de programas governamentais constitui atribuição exclusiva dos órgãos responsáveis pelo planejamento.

c) O controle interno pode avaliar programas governamentais, mas somente quanto à execução física das metas, sendo constitucionalmente vedada a avaliação da eficiência e da eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

d) O controle interno possui função exclusivamente corretiva, devendo atuar após a ocorrência do ato administrativo para preservar a autonomia dos gestores responsáveis pela execução.

e) A delimitação proposta é excessivamente restrita, pois o sistema de controle interno possui, entre suas finalidades constitucionais, avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA e a execução dos programas de governo e dos orçamentos, comprovar a legalidade e avaliar resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, exercer controle sobre operações de crédito, avais e garantias e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

